



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010749-08.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARISTELA REGINA FIGUEIREDO RORIZ**
 Requerido: **SKY BRASIL SERVIÇO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que a ré lhe presta serviços de TV por assinatura há sete anos e que o contrato original foi assinado por seu marido, já falecido.

Alegou ainda que depois de muita insistência conseguiu perante o PROCON local a mudança do plano para o seu nome, mas mesmo assim a ré não regularizou a situação, culminando por cessar o fornecimento do sinal inerente aos serviços.

O documento de fl. 06, firmado pela própria ré perante o PROCON local, dá conta de que ela procedeu à transferência da assinatura trazida à colação para o nome da autora, cadastrando o pacote Sky Light HD 2015 + pacote europa, mediante retribuição mensal de R\$ 129,80.

Não obstante, extrai-se de fls. 10/18 que tal transferência não chegou a ser implementada (tanto que a autora era identificada pelo nome do marido falecido) e que sem justificativa os serviços deixaram de ser prestados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A ré em genérica contestação não refutou específica e concretamente os fatos articulados pela autora e tampouco se manifestou sobre a prova documental aludida.

Limitou-se a salientar a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo e a impugnar o pagamento de indenização para ressarcimento de danos morais ou a devolução de valores em dobro à autora, quando postulações dessa natureza não foram sequer destacadas a fl. 01.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção diversa, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

É de rigor que a ré regularize a situação da autora, transferindo a assinatura do plano em apreço para o nome dela, observado o pacote declinado a fl. 06, e restabelecendo o sinal de TV daí oriundo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a transferir ao nome da autora o plano mencionado a fl. 06 (pacote Sky Light HD 2015 + pacote europa, mediante retribuição mensal de R\$ 129,80), bem como a restabelecer no prazo máximo de três dias o sinal de TV para a mesma, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fls. 19/20, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**